

ÍNDICE SISTEMÁTICO

<i>Sumário</i>	IX
<i>Abreviaturas e Siglas Usadas</i>	XI
<i>Obras do Autor</i>	XV
<i>A Obra</i>	XVII
<i>O Autor</i>	XIX
<i>Nota da Editora</i>	XXI

Parte I

A SOCIEDADE, O DIREITO, O ESTADO E O TRIBUTO

Capítulo I – O OBJETO DO DIREITO	3
1.1. O Direito como técnica e como valor	3
1.2. O Direito Tributário, técnica e valor	4
1.3. Direito, Sociedade e História	4
1.4. O Direito como produto social – Trabalho, Sociedade e Cultura – A experiência jurídica e a história dos homens	4
1.5. A Moda, a Moral, a Religião e o Direito – Os sistemas normativos – Liberdade e repressão – Direito e Civilização	8
1.6. A inevitável ambigüidade dos sistemas normativos – A questão da justiça – O Direito progressivo	10
1.7. O objeto do Direito – Crítica a Carlos Cossio – A perenidade do objeto do Direito	12
Capítulo II – O DIREITO COMO OBJETO	15
2.1. O fenômeno jurídico como objeto de multivárias disciplinas – O Direito Positivo e a Ciência do Direito	15
2.2. As categorias do conhecimento jurídico	16
2.3. Direito e linguagem – Ordens e normas jurídicas	16
2.4. As normas jurídicas e a teoria de Kelsen – Juízos ônticos e deônticos – Normas primárias e secundárias	18
2.5. Normas jurídicas e proposições sobre normas jurídicas – Prescrições jurídicas – O papel dos intérpretes	21
2.6. Tipologia jurídica – Normas de organização, de competência, técnicas, de conduta ou comportamentais e sancionantes	22
2.7. Tipos de normas encontradas no Direito Tributário	24
2.8. Distinção entre normas, leis e proposições jurídicas	24
2.9. Existência, validade e vigência das leis – Aplicabilidade, incidência e eficácia das normas jurídicas	29
Capítulo III – O OBJETO DO DIREITO TRIBUTÁRIO E O DIREITO TRIBUTÁRIO COMO OBJETO	33
3.1. A unidade do Direito – A falsa questão da autonomia dos ramos do Direito	33

3.2. A relação fisco-contribuinte como objeto do Direito Tributário	34
3.3. Direito Financeiro e Direito Tributário	34
3.4. A relação tributária: cerne do Direito Tributário	35
3.5. O objeto no tempo e no espaço – O papel do sujeito cognoscente	35
3.6. O Direito Tributário como objeto	36
3.7. Opulência jurídica do Direito Tributário brasileiro – As primícias do intérprete	37
3.8. Direito Tributário e Estado	37
Capítulo IV – O ESTADO E SUAS FUNÇÕES	39
4.1. O Estado e o poder de tributar – A repartição de competência para tributar – O estatuto do contribuinte	39
4.2. As três funções do Estado: legislar, administrar e julgar – A caracterização jurídica dos atos funcionais do Estado sob os pontos de vista material e formal – O Estado e a tributação ...	40
Parte II	
O DIREITO TRIBUTÁRIO QUE ESTÁ NA CONSTITUIÇÃO	
Capítulo I – O DIREITO TRIBUTÁRIO DA CONSTITUIÇÃO	47
1.1. A constitucionalização do Direito Tributário brasileiro	47
1.2. O Direito Tributário da Constituição – Os subsistemas tributários	48
1.3. Conceito de República – República e igualdade – República e representação popular	48
1.4. República, democracia, representação popular e repartição de Poderes – O controle da Constituição pelo Poder Judiciário	50
1.5. República, Constituição dirigente e supremacia do Judiciário	52
1.6. Controle de constitucionalidade de lei estadual ou municipal e respectivos atos normativos – Introdução ao estudo do federalismo brasileiro	60
1.7. A natureza jurídica do Estado Federal – Ligeiro esboço comparativo com outras formas de Estado – Características do Estado Federal	62
1.8. Contraste entre o Estado Federal e a Confederação de Estados	65
1.9. Contraste entre o Estado Federal e o Estado Unitário	65
1.10. O Estado Federal e o exercício do poder de tributar	65
1.11. A Federação de Estados e a autonomia dos Estados-Membros	65
1.12. Presidencialismo e Parlamentarismo – Decretos-Lei e medidas provisórias – Federação e Direito Tributário	66
Capítulo II – OS PRINCÍPIOS GERAIS DO SISTEMA TRIBUTÁRIO DA CONSTITUIÇÃO ...	67
2.1. O sentido do artigo inaugural quanto à repartição das competências tributárias entre as pessoas políticas da Federação	67
2.2. A repartição das competências tributárias – Os seus três aspectos relevantes	71
2.3. O fundamento do poder de tributar – As pessoas políticas titulares	71
2.4. O tributo e suas espécies – Como reparti-los	71
2.5. A repartição das competências pela natureza dos fatos jurídicos	72
2.6. Competência comum e privativa – As técnicas de repartição	72
2.7. Os insumos doutrinários do constituinte – A teoria dos fatos geradores vinculados e não-vinculados	73
2.8. A teoria dos fatos geradores vinculados e não-vinculados enquanto suporte do trabalho do constituinte	74
2.9. As técnicas constitucionais de repartição	74
2.10. A razão pela qual a competência comum não provoca conflitos entre as pessoas políticas ..	75

2.11. A necessidade de nominar os impostos para depois reparti-los	75
2.12. Os empréstimos compulsórios e as contribuições parafiscais em face da teoria dos tributos vinculados e não-vinculados	76
2.13. Algumas palavras sobre a linguagem do constituinte e o papel dos seus intérpretes.	77
2.14. A redução dos empréstimos compulsórios e das contribuições parafiscais à tricotomia.	77
2.15. Os níveis de análise da questão dos empréstimos compulsórios e das contribuições parafiscais: o nível da Teoria Geral do Direito e o nível jurídico-constitucional	78
2.16. A classificação jurídica das duas supostas espécies de tributo: contribuições especiais e empréstimos compulsórios – Remissão à Parte III, Capítulos I e II do presente livro	79
2.17. Os princípios da capacidade econômica e da pessoalidade dos impostos como princípios orientadores do exercício das competências tributárias	80
2.18. O manejo dos princípios da pessoalidade e da capacidade contributiva	81
2.19. Capacidade contributiva e discricção legislativa	86
2.20. A capacidade contributiva e as espécies tributárias – Capacidade contributiva e extrafiscalidade	87
2.21. A capacidade contributiva e o papel do Poder Judiciário.	89
2.22. A importância dos princípios jurídicos – Os princípios constitucionalizados são obrigatórios.	93
2.23. Os poderes de investigação do Fisco para aferir a capacidade contributiva	96
2.24. O art. 145, § 2º, ou o papel controlador da base de cálculo dos tributos	96
2.25. Apontamentos necessários à compreensão da repartição constitucional de competências tributárias	100

Capítulo III – A LEI COMPLEMENTAR COMO AGENTE NORMATIVO ORDENADOR DO SISTEMA TRIBUTÁRIO E DA REPARTIÇÃO DAS COMPETÊNCIAS TRIBUTÁRIAS

3.1. As leis complementares da Constituição	101
3.2. As leis complementares tributárias.	102
3.3. O lugar da lei complementar no ordenamento jurídico – O âmbito de validade das leis em geral – Enlace com a teoria do federalismo.	103
3.4. A lei complementar e seu relacionamento jurídico com a Constituição Federal e as leis ordinárias.	105
3.5. Como operam as leis complementares em matéria tributária.	106
3.6. Os três objetos materiais genéricos da lei complementar tributária segundo a Constituição Federal de 1988	110
3.7. Conflitos de competência	111
3.8. Regulação das limitações ao poder de tributar.	113
3.9. Apreciações críticas sobre a matéria em exame	114
3.10. Normas gerais de Direito Tributário.	115
3.11. O federalismo brasileiro – Aspectos – Ligação com o tema das leis complementares	118
3.12. Temas constitucionais reservados à lei complementar em matéria tributária	119
3.13. O “poder” das normas gerais de Direito Tributário em particular	119
3.14. Síntese do tema das leis complementares tributárias pelo ângulo aplicativo (normas de eficácia contida e normas de eficácia limitada – como diferenciá-las)	122
3.15. Finalização sobre o tema das normas gerais de Direito Tributário – Relatório sobre os temas que pedem lei complementar em finanças e tributação	123
3.16. A necessidade de lei complementar prévia para a instituição de impostos e contribuições.	127

Capítulo IV – OUTRAS REGRAS DE REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS TRIBUTÁRIAS.

4.1. A competência múltipla das pessoas políticas	129
4.2. Empréstimos compulsórios – Competência – Regime jurídico	130

4.3. Contribuições para-fiscais – Competência – Regime jurídico	137
4.4. Uma questão de Direito intertemporal ou de jurisprudência variante	148
4.5. Contribuições em prol de entidades privadas: SESI, SESC, SENAI, SENAC etc.	152
4.6. Contribuições em favor das confederações sindicais	153
4.7. O regime jurídico-constitucional dos empréstimos compulsórios e das contribuições para-fiscais – Síntese	155
4.8. Regras constitucionais específicas relativas às contribuições	160
4.9. Os pressupostos jurídicos para a instituição de taxas	161
4.10. As taxas e os princípios retores da tributação.	161
4.11. O Poder Judiciário e os princípios justributários	163
4.12. Taxas de polícia e taxas de serviço.	163
4.13. Preconceitos a desfazer em matéria de taxas	163
4.14. Teorias errôneas sobre a natureza jurídica das taxas	164
4.15. Ainda a serventia da distinção entre taxas de polícia e de serviços	165
Capítulo V – LIMITAÇÕES AO PODER DE TRIBUTAR – TEMAS AFINS	167
5.1. Limitações genéricas e específicas ao poder de tributar.	169
5.2. Limitações: princípios e imunidades – Diferenças – O fenômeno jurídico da interpolação normativa	171
5.3. Imunidade e isenções	171
5.4. Normas impositivas, imunitárias e isençionais – A que se destinam – Como se integram na norma de tributação	172
5.5. Tipologia exonerativa.	173
5.6. Imunidade.	174
5.7. Os efeitos da imunidade	175
5.8. A imunidade, a isenção, os seus efeitos sobre as hipóteses de incidência das normas de tributação	176
5.9. Equívocos da doutrina tradicional	177
5.10. A isenção como exclusão de incidência: outro equívoco.	178
5.11. A alternativa proposta	180
5.12. A diferença entre a exclusão expressa: imunidade e isenções e a não-incidência pura ou natural – Primeira aproximação.	183
5.13. A questão da não-incidência – Conclusão	187
5.14. Exoneração nas conseqüências das normas de tributação – Quantitativas.	187
5.15. Reduções diretas de bases de cálculo e de alíquotas – O efeito das leis que as prevêm	187
5.16. Alíquota zero	188
5.17. Isenções parciais	195
Capítulo VI – PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA: EXPLÍCITOS, DERIVADOS E CONEXOS	197
6.1. Princípios expressos e conexos	197
6.2. As funções dos princípios constitucionais	198
6.3. O controle de constitucionalidade das leis a partir da zeladoria dos princípios constitucionais	200
6.4. O manejo dos princípios pela doutrina e a jurisprudência	205
6.5. O princípio da legalidade da tributação – Evolução histórica e concreção constitucional – O princípio da legalidade tributária, formal e material – Legalidade, anterioridade, tipicidade e irretroatividade como enredo principiológico inextrincável.	206
6.6. O princípio da legalidade formal e sua evolução em Portugal e no Brasil.	207
6.7. Legalidade, lei delegada e medida provisória	213

6.8. Os princípios da legalidade, anualidade, tipicidade, irretroatividade e anterioridade, todos juntos	213
6.9. O princípio da legalidade como princípio fundante dos demais – O princípio da tipicidade ou da legalidade material	216
6.10. Exceções ao princípio da legalidade na instituição e na majoração de tributos	222
6.11. Os convênios de Estados-Membros relativos ao ICMS e o princípio da legalidade	223
6.12. Conclusão sobre a submissão dos convênios à lei	227
6.13. As delegações legislativas e o princípio da legalidade da tributação	228
6.14. A crônica do princípio da legalidade material no Brasil	228
6.15. Interpretação e princípio da legalidade – Interpretação econômica – Evasão fiscal e elisão – Distinções	229
6.16. O princípio formal da legalidade da tributação e as medidas provisórias	249
6.17. O princípio da não-surpresa do contribuinte (anualidade, anterioridade, lapsos temporais predefinidos)	254
6.18. Exceções ao princípio da anterioridade	256
6.19. O princípio da anualidade – Seus reflexos na área tributária	256
6.20. O princípio da irretroatividade da lei fiscal – Ênfase no imposto de renda em primeiro lugar	260
6.21. O princípio da anterioridade – Mecânica de funcionamento em face dos diversos tipos de fatos geradores – Forma, lugar e tempo do pagamento da obrigação tributária – Reserva de lei	263
6.22. A irretroatividade da lei e a retrospectividade	263
6.23. A irretroatividade da lei, da jurisprudência e da decisão administrativa definitiva	265
6.24. Irretroatividade e ação rescisória	268
6.25. O princípio da igualdade ou do tratamento isonômico	270
6.26. O princípio do não-confisco	275
6.27. O princípio do não-confisco e as presunções legais	278
6.28. O não-confisco como limite ao poder de graduar a tributação	282
6.29. O princípio da unidade federativa – Limitações ao tráfego de pessoas e bens no território nacional – Pedágio	284
Capítulo VII – AS IMUNIDADES GENÉRICAS	287
7.1. A imunidade intergovernamental recíproca	287
7.2. A imunidade dos templos de qualquer culto, dos partidos, dos sindicatos e das instituições de assistência social e de educação	299
7.3. A imunidade dos templos	303
7.4. A imunidade dos partidos	304
7.5. Considerações sobre imunidade das instituições partidárias, religiosas, sindicais, educacionais e assistenciais	305
7.6. A determinação de exteriorizar e esclarecer as comunidades sobre os impostos que incidem sobre mercadorias e serviços	319
7.7. Exoneração de tributos, matéria sob reserva de lei	320
7.8. O princípio da tributação federal uniforme	322
7.9. Substituição tributária progressiva	323
7.10. Isonomia nos títulos da dívida pública e nos vencimentos dos funcionários públicos – Prevalência do Estado Federal	324
7.11. A proibição da isenção heterônoma e as exceções	325
7.12. A revogabilidade das isenções anteriores à Carta	327
7.13. A vedação que proíbe aos Estados e aos Municípios estabelecerem diferenças tributárias em razão da procedência ou destino de bens e serviços de qualquer natureza – O mercado comum brasileiro	327

7.14. Vedações inerentes à substituição tributária para a frente	328
7.15. A Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal	328

Capítulo VIII – OS IMPOSTOS DA UNIÃO, OS PRINCÍPIOS E VEDAÇÕES QUE LHES SÃO PRÓPRIOS	331
8.1. Os impostos de importação e exportação	332
8.2. O imposto sobre grandes fortunas	332
8.3. O Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI	333
8.4. O imposto sobre operações financeiras ou sobre operações de crédito, câmbio, seguro, ou relativas a títulos e valores mobiliários	334
8.5. O imposto sobre a propriedade territorial rural	334
8.6. A imunidade das pequenas glebas rurais ao ITR (Jeca Tatu)	335
8.7. O imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza	336
8.8. O imposto de renda periódico e os princípios da anterioridade e da irretroatividade – A lei de regência dos fatos geradores	337
8.9. O imposto de renda anual é periódico – A lei aplicável é a vigente antes de iniciar-se o período em que se realizam os fatos jurígenos	343
8.10. A progressividade no imposto de renda	345
8.11. A seletividade do IPI – Juízo crítico	346
8.12. A imunidade dos aposentados e pensionistas com idade superior a 65 anos	347
8.13. A extrema liberdade fiscal do Executivo Federal	347
8.14. A periodização dos impostos e o princípio da anualidade – Aplicabilidade ao imposto de renda	348
8.15. A competência privativa e residual da União para instituir novos impostos, contribuições sociais e impostos extraordinários de guerra	349
Capítulo IX – OS IMPOSTOS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL – DOS PRINCÍPIOS E VEDAÇÕES QUE LHES SÃO PRÓPRIOS	353
9.1. O imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior)	356
9.2. O fato gerador do ICMS em sentido genérico	359
9.3. Crédito e ICMS – Negativa de crédito nas exonerações	360
9.4. ICMS – Como apurar o valor devido	366
9.5. As operações com energia elétrica, petróleo e seus derivados (combustíveis líquidos e gasosos, inclusive lubrificantes) – As inovações da Emenda nº 33	369
9.6. ICMS – Incidência na importação de bens para o ativo fixo e para consumo próprio do estabelecimento, ainda que realizada por pessoas físicas	381
9.7. As alíquotas do ICMS – Competência para fixação	381
9.8. Operações interestaduais a consumidor final noutro estado	382
9.9. As alíquotas seletivas ou a seletividade do ICMS	382
9.10. IPVA – Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores	383
9.11. O imposto sobre transmissão <i>causa mortis</i> e doação de quaisquer bens e direitos (o imposto sobre heranças e doações)	383
9.12. As alíquotas de heranças e doações – Seus fatos jurígenos	384
9.13. Heranças e doações e a questão do montante partilhável	384
9.14. A imunidade do ICMS das operações (interestaduais) que destinem petróleo, lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos dele derivados e energia elétrica a outros Estados	385
9.15. A imunidade da energia elétrica e dos combustíveis líquidos e gasosos, inclusive lubrificantes, dos minerais do país e dos serviços de telecomunicações a certos impostos ..	385
9.16. A não-incidência do ICMS nos serviços de comunicação	385

Capítulo X – OS IMPOSTOS DOS MUNICÍPIOS, PRINCÍPIOS E VEDAÇÕES QUE LHES SÃO PRÓPRIOS	387
10.1. O IPTU	388
10.2. A progressividade no IPTU	394
10.3. O IPTU e a “planta de valores” genérica	397
10.4. O imposto sobre transmissão de bens imóveis e de direitos a eles relativos por ato entre vivos	399
10.5. ITBI – Problemas decorrentes da partilha de bens entre vivos	399
10.6. A imunidade de certas transmissões <i>inter vivos</i> de bens imóveis	400
10.7. O imposto sobre serviços de qualquer natureza	402
10.8. As alíquotas do ISS	404
10.9. A imunidade dos serviços destinados ao exterior (ISS)	404
10.10. A Emenda nº 37 e o ISS	405
Capítulo XI – A REPARTIÇÃO DAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS	407
11.1. Participação direta dos Estados e do Distrito Federal no produto da arrecadação de impostos federais	407
11.2. Participação direta dos Municípios	408
11.3. O fundo ouro	408
11.4. Participações indiretas	408
11.5. O fundo compensatório	409
11.6. A vedação de “negociação”	409
11.7. O papel do Tribunal de Contas	409

Parte III

O DIREITO TRIBUTÁRIO QUE ESTÁ NO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL E NAS LEIS COMPLEMENTARES SUBSEQÜENTES

Capítulo I – O CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL E O SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL	413
1.1. Advertência prévia sobre o conteúdo compromissório do CTN	413
1.2. O Sistema Tributário Nacional	417
1.3. O caráter jurídico do CTN	417
1.4. O Sistema Tributário e a Federação	418
1.5. Os dois livros do CTN	418
Capítulo II – O CONCEITO DE TRIBUTO	421
2.1. A necessidade de o Estado cobrar tributos	421
2.2. O conceito jurídico de tributo	422
2.3. O tributo no quadro de receitas do Estado	422
2.4. A expansividade do conceito de tributo no Direito brasileiro	423
2.5. O tributo como norma jurídica	424
2.6. A importância do aspecto pessoal na hipótese de incidência tributária	426
2.7. A complexidade das fórmulas de cálculo do tributo devido	428
2.8. Os equívocos da doutrina tradicional na consideração do fato gerador dos tributos	429
2.9. A estática e a dinâmica da norma tributária – A fenomenologia da incidência da norma tributária	431
2.10. O conceito de tributo no Direito brasileiro, sua excelência dogmática	435
2.11. O tributo como obrigação	437

Capítulo III – AS ESPÉCIES TRIBUTÁRIAS: OS IMPOSTOS, AS TAXAS E AS CONTRIBUIÇÕES	439
3.1. O tributo como ente jurídico unitário e a sua divisão em espécies – A teoria dos tributos vinculados ou não a uma atuação do Estado relativamente à pessoa do pagante	439
3.2. A teoria dos tributos vinculados ou não a atuações estatais e a classificação das espécies ...	443
3.3. A análise do fato gerador para determinar a natureza jurídica do tributo – Proposta classificatória	445
3.4. As contribuições especiais ou para fiscais no Direito brasileiro – Natureza jurídica	446
3.5. A especificidade das contribuições previdenciárias e assistenciais sinalagmáticas – Tributos vinculados à atuação estatal – Diferenças entre elas e as contribuições especiais com natureza de impostos	450
3.6. Esforços classificatórios, a importância do tema – A natureza jurídica específica das contribuições especiais referidas na Constituição	453
3.7. Fato gerador, base de cálculo, causa e finalidade, confirmando a tese de que os tributos são ou não são vinculados a uma atuação do Estado, invalidando a tese do “finalismo”, velha de cem anos	456
3.8. A contribuição de melhoria tipo custo na opção constitucional de 1988	461
3.9. Taxas e preços – Preços públicos e privados	461
3.10. Custas e emolumentos são taxas? É possível distribuir o produto das custas?	468
3.11. Ligeiro esboço histórico sobre as custas	469
3.12. A assimilação das custas pelo tributo denominado taxa – Legalidade da destinação da receita assim havida às Caixas de Assistência dos Advogados	471
3.13. O pedágio, sua natureza jurídica	472
3.14. O pedágio, ligeira crônica	473
3.15. Pedágio: preço ou taxa?	473
3.16. Empréstimos compulsórios – Impostos restituíveis	473
3.17. Os impostos indiretos visam à capacidade contributiva dos consumidores – As contribuições especiais que repercutem no consumidor final são impostos indiretos cumulativos	474
Capítulo IV – A COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA	477
4.1. A competência tributária	477
4.2. As limitações da competência tributária	478
4.3. Os princípios da legalidade, da anterioridade e do livre trânsito no CTN	479
4.4. A imunidade intergovernamental recíproca e dos templos de qualquer culto no CTN	480
4.5. A imunidade do papel de imprensa e os princípios de resguardo da integridade nacional ...	482
4.6. Os empréstimos compulsórios no CTN	483
Capítulo V – OS IMPOSTOS NO CTN	485
5.1. A teoria jurídica dos impostos e a sua positividade no Direito brasileiro – O papel do CTN ..	487
5.2. Impostos especiais	489
Capítulo VI – IMPOSTOS FEDERAIS	491
6.1. Imposto de importação	491
6.2. Imposto de exportação	492
6.3. Imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza	494
6.4. O conceito de renda na doutrina brasileira	496
6.5. Pessoas jurídicas – Sistema para apuração do lucro tributável	499
6.6. Lucro real	499
6.7. Abandono do lucro real	500
6.8. Sistema do lucro arbitrado	501
6.9. Sistema do lucro presumido	501

6.10. Princípios para a apuração do lucro tributável	502
6.11. Componentes do lucro real: lucro operacional e resultados de transações eventuais	502
6.12. Os resultados das transações eventuais	503
6.13. Pessoas físicas	503
6.14. As novidades do fim do século relativas ao imposto de renda	504
6.15. Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI	504
6.16. Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio, Seguros e sobre Operações Relativas a Títulos e Valores Mobiliários – IOF	511
6.17. Operações de crédito	514
6.18. Operações de câmbio	517
6.19. Operações de seguro	518
6.20. Operações com títulos e valores mobiliários	518
6.21. Imposto sobre propriedade territorial rural	520
6.22. Imposto sobre movimentações financeiras, hoje denominado “contribuição sobre movimentações financeiras”	522
Capítulo VII – IMPOSTOS ESTADUAIS	523
7.1. Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA	523
7.2. Imposto sobre heranças e doações (transmissão <i>causa mortis</i> e doação de quaisquer bens ou direitos)	524
7.3. O imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicações – ICMS	528
7.4. O princípio da não-cumulatividade	529
7.5. O fato gerador genérico do ICMS	531
7.6. A natureza jurídica do princípio da não-cumulatividade	539
7.7. O ICMS e o IPI são impostos que somente devem onerar o consumo	540
7.8. As exceções constitucionais ao princípio da não-cumulatividade	541
7.9. O direito universal à dedução dos créditos relativos à aquisição de todo o gênero e a inconstitucional restrição ao direito de compensação por período	543
7.10. A Lei Complementar nº 87/96 – Texto básico do regramento do ICMS	546
7.11. A cláusula de imediata e preferencial restituição prevista no § 7º do art. 150 da Constituição – Efeitos práticos – O recurso à analogia a teor do Código Tributário Nacional – Inconstitucionalidade da Lei Complementar nº 92/97	543
7.12. A tributação dos combustíveis e da energia elétrica	565
7.13. A tributação do transporte de passageiros	565
Capítulo VIII – IMPOSTOS MUNICIPAIS	581
8.1. Imposto sobre a transmissão <i>inter vivos</i> de bens imóveis a título oneroso (exceto doações)	581
8.2. Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	584
8.3. Imposto sobre Serviços de qualquer Natureza – ISS	588
Capítulo IX – AS TAXAS NO CTN	613
Capítulo X – AS CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA NO CTN	617
10.1. Contribuições de melhoria tipo custo e tipo valorização	617
10.2. Distribuição de receitas tributárias	619
Capítulo XI – CONCEITO, VIGÊNCIA, INTERPRETAÇÃO, INTEGRAÇÃO E APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA	623
11.1. A compreensão da expressão “legislação tributária”	623
11.2. O papel subalterno dos decretos do Executivo em matéria fiscal	624

11.3. A proteção da confiança dos atos administrativos em matéria fiscal	625
11.4. A impropriamente denominada coisa julgada administrativa e seus efeitos	625
11.5. A natureza da correção monetária e das majorações indiretas dos tributos	627
11.6. As práticas reiteradas das autoridades administrativas.	627
11.7. As questões relativas aos tratados internacionais	628
11.8. Validade e extensão dos tratados internacionais em matéria tributária perante a Constituição Federal de 1988.	629
11.9. A União Federal na ordem jurídica internacional e na ordem jurídica interna	630
11.10. A superioridade da Lei Complementar Tributária de normas gerais sobre os ordenamentos jurídicos parciais da União, dos Estados e dos Municípios	632
11.11. A questão do ICMS e do ISS – Possibilidade de tratado internacional celebrado pela República Federativa do Brasil obrigar Estados e Municípios.	633
11.12. O controle prévio dos tratados e convenções internacionais pelo Supremo Tribunal Federal	634
11.13. Isenção heterônoma e isenção convencional	634
11.14. Os tratados na jurisprudência brasileira	640
11.15. A vigência no tempo e no espaço da legislação tributária	647
11.16. A extraterritorialidade da legislação tributária	649
11.17. A vigência das normas complementares do art. 100	649
11.18. O princípio da anterioridade no CTN	650
11.19. A anterioridade da lei em relação ao fato gerador	651
11.20. A retroatividade benigna ao contribuinte	652
11.21. Regras de interpretação da legislação tributária	656
11.22. Regras de integração da legislação tributária	659
11.23. A recepção do Direito Privado e a dação de efeitos fiscais próprios – O abuso das formas de Direito Privado.	661
11.24. A rigidez do sistema brasileiro de repartição de competências tributárias – Observância do Direito Privado	665
11.25. A interpretação restritiva em Direito Tributário – Quando é aplicável	666
11.26. O <i>in dubio pro</i> contribuinte	666

Capítulo XII – A OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA, SUJEITOS ATIVOS E PASSIVOS E A RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA SEGUNDO O CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL.

12.1. A obrigação tributária na terminologia do CTN – Obrigação principal e obrigação acessória	670
12.2. Tributo e multa – Crédito tributário comum	671
12.3. A natureza não-patrimonial das obrigações acessórias – Deveres administrativos	672
12.4. A conversão da multa em crédito tributário	672
12.5. O fato gerador da obrigação principal	672
12.6. O “fato gerador” da obrigação acessória	674
12.7. O momento da ocorrência do fato gerador – Situações jurídicas e situações de fato – Fatos geradores “pendentes”	674
12.8. Aos tributos vinculados a atuações estatais não se aplicam as regras dos “negócios sujeitos a condições”	677
12.9. O fato gerador estremando as espécies e subespécies tributárias.	677
12.10. A capacidade contributiva e o princípio da retribuição	678
12.11. Empréstimos compulsórios e contribuições especiais – Seus fatos geradores.	679
12.12. O Direito Tributário brasileiro e a “interpretação econômica”	680
12.13. O sujeito ativo da obrigação tributária	682
12.14. Herança de competência tributária	683
12.15. O sujeito passivo da obrigação tributária – Contribuintes e responsáveis	683

12.16. O pretenso sujeito passivo da impropriamente chamada obrigação acessória	685
12.17. A importância relativa das convenções particulares em face do dever de contribuir.	686
12.18. A solidariedade obrigacional passiva	686
12.19. Os efeitos da solidariedade em matéria fiscal	687
12.20. Interpretação econômica ou pragmatismo fiscal?	688
12.21. A tributação dos atos ilícitos	689
12.22. O domicílio em matéria fiscal	690
12.23. Sujeição passiva direta e indireta – Substituição tributária	691
12.24. Responsabilidade tributária por transferência e por substituição	693
12.25. O substituto tributário como sujeito passivo direto	697
12.26. A responsabilidade tributária na terminologia do CTN – Falta de precisão conceitual.	698
12.27. A questão da transferência das multas aos responsáveis	700
12.28. Síntese sobre a responsabilidade tributária no CTN.	703
12.29. Responsabilidade de terceiros e multas moratórias	704
12.30. Responsabilidade tributária e o dever de reter tributo alheio – Distinção	705
12.31. Substituição tributária “para frente”.	708
12.32. Créditos tributários transferíveis – Extensão e compreensão.	714
12.33. A chamada responsabilidade dos adquirentes de bens imóveis	714
12.34. A responsabilidade dos adquirentes, remitentes e sucessores <i>inter vivos</i> ou <i>causa mortis</i> e do espólio	715
12.35. A chamada responsabilidade dos agentes empresariais	716
12.36. A responsabilidade de terceiros	720
12.37. Os casos de transferência de responsabilidade em razão de culpa ou dolo – A responsabilidade dos diretores, gerentes e administradores de pessoas jurídicas de Direito Privado	724
12.38. A tese da objetividade do ilícito fiscal	731
12.39. O erro de direito extrafiscal e o Direito Tributário punitivo	732
12.40. Tipos de sanção	734
12.41. Direito Tributário Penal ou Direito Penal Tributário?	734
12.42. O ilícito fiscal e as considerações subjetivas relativas ao agente – Atenuações	736
12.43. Multas confiscatórias	737
12.44. A personalização das multas fiscais	739
12.45. A “ponte de ouro” – Exclusão da responsabilidade pelo pagamento de multas decorrentes de infrações à legislação fiscal.	740

Capítulo XIII – A CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO E A DISCIPLINA DO LANÇAMENTO SEGUNDO O CTN – TIPOS DE LANÇAMENTO

13.1. O crédito tributário como parte da estrutura obrigacional	747
13.2. A obrigação tributária e o seu objeto: o crédito tributário	749
13.3. Obrigação, crédito e lançamento fiscal.	749
13.4. O papel do lançamento – Ato do Estado-Administração – Primeiras conclusões	750
13.5. A obrigação tributária e as alterações do crédito tributário	752
13.6. O crédito tributário e o princípio da legalidade	753
13.7. O conceito de lançamento no Direito brasileiro – Diferença entre lançamento por homologação e homologação do pagamento do crédito tributário	753
13.8. Distinção de lançamento como ato administrativo singular e procedimentos preparatórios e revisionais do lançamento – Lançamentos provisórios e finais, impossibilidade	755
13.9. Lançamento e intercadência cambial	756
13.10. O lançamento como ato administrativo de aplicação da lei fiscal – Leis substantivas e adjetivas no tempo, regras de aplicabilidade	756

13.11. A revisão do ato administrativo do lançamento – As teorias declarativistas e constitutivistas	757
13.12. O lançamento como ato administrativo – Características – Natureza declaratória – Caráter de título executivo por falta de auto-executoriedade – Quando o lançamento está pronto e quando é definitivo.	760
13.13. As hipóteses legais que autorizam a revisão do lançamento	761
13.14. A irrevisibilidade do lançamento por erro de direito da Administração – Diferença entre revisão de lançamento e modificação de lançamento definitivo pela Administração	761
13.15. Renovação do lançamento por erro formal de agente da Administração – Quando é possível.	766
13.16. As modalidades de lançamento no Direito brasileiro – Lançamento por declaração.	767
13.17. Lançamento feito em razão de arbitramento – Quando é possível – Restrições legais	767
13.18. Novamente os casos de revisão do lançamento – Lançamentos feitos de ofício	770
13.19. O lançamento por homologação – Homologação expressa e tácita – Improriedades – Os termos iniciais e finais para a efetivação de lançamentos de ofício e para a homologação de pagamentos antecipados	773
13.20. O valor e o desvalor do chamado <i>lançamento por homologação</i> ou <i>autolancamento</i>	775
Capítulo XIV – A SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	779
14.1. A moratória e o parcelamento	781
14.2. O depósito do montante integral do crédito tributário	784
14.3. A concessão de medidas liminares	787
14.4. As reclamações e os recursos administrativos	788
Capítulo XV – A EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	795
15.1. O pagamento, a forma por excelência de extinção do crédito tributário	795
15.2. O dia e o local do pagamento	798
15.3. Natureza jurídica do juro moratório	800
15.4. A consulta fiscal e seus efeitos	801
15.5. Responsabilidade pelo recebimento do crédito tributário – Pagamento e quitações	802
15.6. Pagamento em moeda corrente, cheque ou vale-postal, em estampilha, papel selado ou processo mecânico – Os efeitos do pagamento	803
15.7. Pagamento sob condição – Incongruência jurídica	804
15.8. Imputação de pagamento	806
15.9. A consignação judicial do pagamento	812
15.10. Pagamento indevido – Repetição do indébito	813
15.11. Restituição de tributos indiretos dotados de repercussão jurídica obrigatória	815
15.12. Decadência do direito de pleitear a restituição.	818
15.13. Prescrição da ação para anular a decisão administrativa que denega restituição	822
15.14. A compensação – Conceito	823
15.15. Tipos de compensação	824
15.16. A transação	827
15.17. A remissão	828
15.18. Distinção entre isenção e remissão.	830
15.19. A prescrição e a decadência	831
15.20. A conversão do depósito em renda.	837
15.21. A consignação em pagamento – Conversão da oferta de pagamento em renda.	839
15.22. O pagamento antecipado e a “homologação do lançamento” nos termos do art. 150 e seus §§ 1º e 4º	839
15.23. A decisão administrativa irreformável	840
15.24. A decisão judicial passada em julgado	840

15.25. O controle da constitucionalidade das leis – O sistema misto brasileiro – Peculiaridades, efeitos e conseqüências relativamente às ações rescisórias.	841
15.26. Inadmissibilidade de ação rescisória de sentença anterior à declaração de constitucionalidade pelo STF	845
15.27. Coisa julgada e segurança jurídica.	846
Capítulo XVI – A EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO.	849
16.1. Impropriedade gritante	849
16.2. A isenção e a sua regulação no CTN	850
16.3. A questão da revogabilidade das isenções	852
16.4. Isenções autônomas e heterônomas	854
16.5. Diferença entre isenção, imunidade e reduções fiscais	854
16.6. A anistia e a sua regulação no CTN	855
Capítulo XVII – GARANTIAS E PRIVILÉGIOS – ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA – CERTIDÕES NEGATIVAS.	857
17.1. Prólogo – Os conceitos.	857
17.2. A exposição do patrimônio particular	861
17.3. Alienação fiduciária em garantia e venda com reserva de domínio – Os escapes	862
17.4. Fraude à execução fiscal.	862
17.5. Créditos tributários e juízos universais.	864
17.6. A Fazenda Pública pode requerer a falência do devedor?	866
17.7. A massa falida e os créditos tributários	868
17.8. O inventário e os créditos tributários	868
17.9. A liquidação de sociedades e os créditos tributários	868
17.10. Término de inventário, concessão de recuperação judicial e fim de falência em face da Fazenda Pública.	869
17.11. O perigo das constrições oblíquas	870
17.12. Administração Tributária	872
17.13. Administração Tributária: o poder de fiscalizar e os seus limites	872
17.14. O sigilo bancário.	873
17.15. O sigilo bancário na Constituição Federal de 1988 – Princípios de regência à luz do entendimento do Supremo Tribunal Federal	876
17.16. O poder de vistoriar e de exigir documentos – Ato vinculado à lei – Motivo e finalidade	880
17.17. O dever de informar e os seus limites.	881
17.18. O sigilo fiscal tendo como destinatários da norma a Fazenda Pública e os seus agentes	883
17.19. A imprestabilidade da prova emprestada	884
17.20. A fiscalização <i>manu militari</i> – Motivação e cuidados – Excesso de exação – Proibição do excesso – Responsabilidade civil do Estado.	885
17.21. Dívida ativa – Certidões positivas e negativas – Os tormentos do cidadão – O valor e o desvalor jurídico do ato de inscrição em dívida ativa – Prescrição da ação de execução fiscal	889
Bibliografia.	897